

A POLITIZAÇÃO DA JUSTIÇA

COMPROMETIDOS COM OS INTERESSES DA OLIGARQUIA, OS JUÍZES JÁ NÃO SE PREOCUPAM EM ESCONDER O FLAGRANTE PARTIDARISMO, AFIRMA O JURISTA FÁBIO KONDER COMPARATO

A MINO CARTA E RODRIGO MARTINS

Doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra e professor emérito da Faculdade de Direito da USP, o jurista Fábio Konder Comparato é didático ao explicar a aparente esquizofrenia da Justiça brasileira. “Temos neste país duas Constituições. Existe uma oficial, que é uma das melhores do mundo. Mas, como diria Floriano Peixoto, ela é para inglês ver. A Constituição real é aquela que não ofende os interesses do grupo oligárquico. E o Judiciário faz parte desse grupo”, afirmou em entrevista ao programa *Jogo de Carta*, transmitido ao vivo pelo site de *CartaCapital* e pelo Facebook na noite da terça-feira 27.

“O capitalismo só é bem-sucedido quando é o Estado. Não por acaso, a Constituição só deve ser cumprida quando não for contrária aos interesses do grupo dominante, resultado do conluio entre grandes empresários e agentes estatais.” A íntegra da entrevista, em vídeo, está em www.cartacapital.com.br.



Mendes, o maior exemplo das togas politizadas

Jogo de Carta: Por que o senhor pediu o impeachment do ministro do STF Gilmar Mendes?

Fábio Konder Comparato: Parece-me importante mostrar ao povo brasileiro que os ministros do Supremo Tribunal Federal são propriamente irresponsáveis, não respondem por seus atos e omissões perante ninguém. Um exemplo: em 2008, propus ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que ingressasse com uma ação no STF questionando a Lei da Anistia de 1979. A Constituição declara que o crime de tortura não é passível de anistia. Em vários tratados internacionais, os atos de “terrorismo de Estado” são considerados crimes contra a humanidade, e nenhum Estado Nacional tem poder para anistiar os criminosos. A ação foi julgada improcedente em abril de 2010. Notei, porém,

"OS MINISTROS DO STF SÃO PROPRIAMENTE IRRESPONSÁVEIS, NÃO RESPONDEM POR SEUS ATOS E OMISSÕES PERANTE NINGUÉM"



A oligarquia é fruto do conluio entre grandes empresários e agentes estatais, diz o jurista a Mino Carta

uma omissão no acórdão, pois não havia uma palavra sobre os crimes de sequestro e ocultação de cadáveres.

JC: Evocou-se o conceito de crime permanente?

FKC: Exato. A lei diz textualmente que estão anistiados todos os crimes políticos e conexos cometidos até 15 de agosto de 1979. Ora, se os crimes de sequestro e ocultação de cadáver são permanentes, parece-me evidente que a lei não deveria se aplicar a eles. A Comissão Nacional da Verdade atestou mais de 200 casos de desaparecimento forçado de dissidentes da ditadura. Apresentei um recurso para esclarecer essa omissão que, pelo regimento interno do STF, deveria ser analisado na primeira sessão ordinária seguinte. Até hoje estamos a aguardar o julgamento. Foi apresentada uma reclamação ao Conselho Nacional de Justiça por demora indevida. Logo depois, a ministra Nancy Andrighi, corregedora nacional de Justiça, deu um curto despacho para lembrar que nenhum ministro do Supremo está sujeito à jurisdição do CNJ, por decisão do próprio STF.

JC: O *impeachment* é a única forma de questionar a conduta de um ministro do STF.

FKC: Sim, mas é absolutamente obsoleto

nos países fora da América Latina. O instituto foi criado na Idade Média, na Inglaterra, como um instrumento dos estamentos privilegiados, a nobreza e o clero, contra o absolutismo do rei. Funcionou por algum tempo, mas, no século XVII, instaurou-se o parlamentarismo. Com isso, Sua Majestade perdeu aquele poder absoluto. Desde então, ninguém mais pensou em usar o *impeachment* na Inglaterra. Os EUA, no século seguinte, após a independência, resolveram adotá-lo por pressão dos diferentes estados, ressabiados em entrar em uma federação cujo chefe de Estado tem grande poder. De lá para cá, apenas dois presidentes foram sujeitos a *impeachment* por denúncia da Câmara dos Representantes. Andrew Johnson, vice de Abraham Lincoln, e mais recentemente Bill Clinton. Essas denúncias não foram, porém, acolhidas pelo Senado. Na América Latina é diferente.

JC: O que ocorreu?

FKC: Nos anos 1980, os Estados Unidos vetaram novos golpes militares no continente. As elites locais precisavam de outro remédio. De 1985 a 2005, houve nada menos que 13 casos de *impeachment* contra presidentes latino-americanos. Em 2009, o presidente de Honduras foi

apeado do poder. Em 2012, Fernando Lugo, uma espécie de Lula paraguaio, porque ele não era egresso das classes dominantes e tinha grande popularidade, foi destituído em 48 horas. É evidente que Dilma Rousseff recebeu o mesmo remédio que eles. Por que razão, então, decidimos pedir o impedimento de Mendes? Justamente para colocar o assunto da ineficiência do *impeachment* e expor a irresponsabilidade dos ministros do STF nos meios de comunicação de massa. Ocorre que esses veículos estão submetidos, há longos anos, a um oligopólio empresarial.

JC: De qualquer maneira, a iniciativa produz algum resultado.

FKC: Para mim, produziu um resultado inesperado. Mendes disse que não tinha nada a comentar, porque eu era um banqueiro e um socialista de fancaria. Fiquei preocupado, pois naturalmente muitos vieram até a mim para pedir empréstimos (*risos*).

JC: O que dizer sobre o comportamento desse Supremo, que deveria ser o “sentinela da lei” e o “guardião da Constituição”?

FKC: Aparentemente, há uma aceitação deste domínio oligárquico. Tomemos por exemplo a prisão do ex-ministro Guido Mantega. Ele estava no hospital, acompanhando a esposa que passava por uma cirurgia. Então vem o ministro Celso de Mello à televisão para dizer: “O Código de Processo Penal permite que a prisão seja feita em qualquer lugar”. Sua Excelência esqueceu-se de dizer que a prisão preliminar tem de respeitar requisitos legais. É como aconteceu com Lula, preso coercitivamente sem antes ter sido intimado a depor.

JC: E a conduta do juiz Sergio Moro, como o senhor avalia?

FKC: Em 2010, ele era o juiz competente para julgar os atos delituosos da falência do Banestado. Àquela época, o magistrado cometeu toda sorte de arbitrariedades.

Mandava prender, o tribunal mandava soltar. O caso chegou ao Supremo e, curiosamente, o ministro mais indignado com os excessos do juiz Moro chamava-se e continuava chamando-se Gilmar Mendes. Pois bem, no início do ano a ex-presidenta Dilma resolveu nomear Lula como ministro-chefe da Casa Civil. Mendes ficou indignado e cassou a decisão da presidenta, além de ordenar que as investigações relativas a Lula passassem para Moro, supereleogiado. E o que havia feito o juiz? Mandou gravar as conversas telefônicas de Lula e, depois, permitiu a divulgação, inclusive uma conversa privada com a presidenta Dilma. Ao liberar a gravação, Moro disse que ela não tinha interesse para os autos, mas Sua Excelência não deve ter lido a Lei da Interceptação Telefônica, de 1996. Quando uma conversa interceptada não interessa aos autos, o juiz deve eliminar a gravação. Em vez disso, mandou divulgá-la. Essa mesma lei estabelece pena de dois a quatro anos para todos aqueles que violarem esse sigilo. Claro que isso espantou muitos advogados, e um grupo deles entrou com uma representação contra Moro no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Por 13 votos contra 1, a Corte julgou perfeitamente regular os atos do juiz.

JC: O que isso significa? Estamos sem Justiça?

FKC: Antigamente, a classe dominante se queixava da “judicialização da política”, porque alguns juízes determinavam o cumprimento da Constituição no que diz respeito aos direitos sociais. Agora, vivemos um cenário de politização da Justiça. É impressionante como as decisões judiciais estão cada vez politizadas. Nem escondem mais. E o povo é figurante do teatro político.



"HÁ DUAS CONSTITUIÇÕES: A OFICIAL, PARA INGLÊS VER, E A REAL, IMPOSTA PELOS DONOS DO PODER"

JC: Após três séculos e meio de escravidão, muita gente ainda carrega no lombo a marca da chibata.

FKC: Não só a marca da chibata, mas a submissão ao rico. O sujeito que é rico, na política brasileira, o povo respeita. Há certo candidato numa capital que é riquíssimo. Quando começou a campanha, ele figurava nos últimos lugares das pesquisas. Agora lidera.

JC: O senhor refere-se a João Doria?

FKC: Ele mesmo.

JC: Doria costumava organizar festas pitorescas. Em uma delas, pediu aos convidados para virem fantasiados de personagens do filme *Indiana Jones*. Alguns ministros toparam participar...

FKC: Não sabia, eles têm bom gosto (*risos*).

JC: Recentemente, o juiz Moro também participou de um evento para empresários organizado por Doria.

FKC: É emblemático, mas, se me permitir, gostaria de chamar a atenção para algo curioso sobre a Lava Jato. Sempre me perguntei: Por que essa operação começou em Curitiba? Conversei sobre isso com um grande diplomata brasileiro a desconfiar de uma interferência dos norte-americanos. Entre outras coisas,

o juiz Moro chegou a participar de curso patrocinado pelo Departamento de Estado dos EUA, voltado para a formação de “líderes em potencial” (o treinamento ocorreu em 2007, segundo reportagem do Washington Post). Ora, o juiz vai ser líder de quem? Do Ministério Público?

JC: O STF ainda não se manifestou sobre o mérito do impeachment, isto é, o que pode ser considerado crime de responsabilidade. Em alguma nação democrática, é concebível a Suprema Corte se omitir diante de uma questão tão grave?

FKC: Temos neste país duas Constituições. Existe uma oficial, que é uma das melhores do mundo. Mas, como diria Floriano Peixoto, ela é para inglês ver. A Constituição real é aquela que não ofende os interesses do grupo oligárquico. E o Judiciário faz parte desse grupo. A oligarquia do Brasil é binária. Os marxistas consideram a classe dominante integrada pela burguesia, pelos empresários, pelos proprietários. Os adeptos de Max Weber, como o grande Raymundo Faoro, dizem que é a burocracia estatal o estamento dominante. A meu ver, desde a colonização, são os dois grupos. O capitalismo só é bem-sucedido quando é o Estado. Não por acaso, a Constituição só deve ser cumprida quando não for contrária aos interesses do grupo dominante, resultado do conluio entre empresários e agentes estatais.

JC: Como enfrentar essa situação?

FKC: Para mudar, é preciso quebrar o oligopólio empresarial dos meios de comunicação. Vivemos em uma sociedade de massas. Precisamos educar eticamente o povo. Antigamente, isso era tarefa da família, da Igreja, da escola. Hoje, são os meios de comunicação. •